

# CONTRAPONDO A IDEOLOGIA DE OBJETIFICAÇÃO DOS SUJEITOS: A PRÁXIS EDUCACIONAL ENQUANTO MEIO DE POLITIZAÇÃO

Maria Aparecida Santana Camargo<sup>1</sup>  
Mariane Camargo D'Oliveira<sup>2</sup>  
Marcele Camargo D'Oliveira<sup>3</sup>

## RESUMO

O objetivo da presente reflexão, de cunho qualitativo e caráter bibliográfico, é

tornar clarividente a imprescindibilidade de se afastar da padronização, dos comodismos, do senso comum, a fim de repensar esquemas que são próprios da elitização

1 Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Professora da Universidade de Cruz Alta. Líder do Grupo de Pesquisa em Estudos Humanos e Pedagógicos (GPEHP) da UNICRUZ. Docente Integrante do PPG em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social – Mestrado – da UNICRUZ. E-mail: cidascamargo@gmail.com

2 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social, com concentração na área de Políticas Públicas e Inclusão Social, da Universidade FEEVALE (Novo Hamburgo/RS). Mestre em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC/RS). Integrante do Grupo de Pesquisa em Estudos Humanos e Pedagógicos da UNICRUZ. Bolsista PROSUP/CAPES. Advogada. E-mail: maricamargod@gmail.com

3 Acadêmica do 9º Período do Curso de Direito da Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ). Estagiária da Procuradoria da República no Município de Cruz Alta/RS. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (PROBIC/FAPERGS). Integrante do Grupo de Pesquisa em Estudos Humanos e Pedagógicos (GPEHP) da UNICRUZ. E-mail: marcelecarnargod@gmail.com

e da manipulação do conhecimento. Percebendo-se como um sujeito cognoscente, capaz de operacionalizar transformações, pode-se galgar a cidadania que não aquela concedida pelas classes dominantes. Logo, tal conscientização perpassa, sobretudo, pela capacidade de criticar e de visitar conceitos e preconceitos, que são produtos da internalização de uma cultura embasada em valores hegemônicos. Nesse processo de construção dos sujeitos está subjacente a materialidade do poder, notadamente mediante o engendramento das práticas socioculturais que vão sedimentando mitos e verdades em sua conjuntura. É crucial neste processo de tomada de consciência, uma profunda reflexão de que, para contrapor a ideologia de objetivação, é fundamental que os sujeitos se empoderem, rompendo com os modelos obsoletos ao articular o uso dos mecanismos de poder à autonomia, a partir de uma verdadeira práxis democrática educacional que priorize a politização dos sujeitos.

## INTRODUÇÃO

No processo de constituição política dos sujeitos está subjacente a materialidade do poder, notadamente mediante o engendramento das práticas políticas que vão sedimentando mitos e verdades na conjuntura social. Esta mitificação decorre, de forma primordial, da indiferença com que é tratada a práxis política, já que parece prescindir reflexões. Como consequência, tem-se visto, cada vez mais, um contexto contemporâneo fortemente marcado pela descrença nas ideologias partidárias e na capacidade de liderar dos políticos, em razão, especialmente, dos casos de corrupção, prevaletimento de relações hierárquicas, troca de favores e promessas não cumpridas.

Desta forma, em tempos nos quais muitos dos modelos hegemônicos começaram a ruir, pois os sistemas vigentes não têm produzido os resultados satisfatórios que deles se esperam, é de se questionar, então, quais os cânones políticos e sociais

que poderiam se traduzir em efetiva práxis de igualdade no processo democrático contemporâneo como contrapartida da articulação de esquemas que tendem à coisificação e secundarização dos sujeitos.

Nesse sentido, subjaz nos discursos persuasivos uma ideologia que almeja à objetivação das pessoas, manipulando-as e transformando-as em meras mercadorias, visto que pretende proceder a um processo de despolitização, mormente porque é recorrente o pouco interesse pela seara da política e, por isso, há um baixo senso de eficácia neste âmbito. Isto conduz, inexoravelmente, a um vazio político, em que alguns se valem de tais variáveis para conquistar poder e disseminar a subserviência.

Ilacões tais demonstram, já de antemão, essencial a desconstrução do poder. Busca-se, pois, com a presente investigação, compreender a maneira pela qual os mecanismos de poder influenciam na credibilidade dos sistemas vigentes e das ideologias intrínsecas que estruturam o espaço sociopolítico, a partir das relações de poder instauradas. É na articulação entre os sujeitos, a verdade, a política e a democracia que se pode sinalizar um ponto de inflexão nesta época em que é indispensável uma renovação crítica ao poder político e à gestão do poder econômico.

## A OBJETIFICAÇÃO DOS SUJEITOS NA INTER-RELAÇÃO COM O PODER

Cada vez mais torna-se clarividente a imprescindibilidade de se afastar dos lugares-usuais, dos comodismos, da padronização, do senso comum, a fim de repensar esquemas que são próprios da elitização e da manipulação do conhecimento. Percebendo-se como um sujeito cognoscente, capaz de operacionalizar transformações nas ambiências em que está inserido, pode-se galgar posições que não somente aquelas concedidas pelas classes dominantes. Logo, a conscientização perpassa, sobretudo, pela capacidade de criticar e de visitar conceitos – e precon-

ceitos – que são produtos da internalização de uma cultura embasada em valores hegemônicos.

Nesse aspecto, Santos (2001) confronta as estruturas preexistentes, os valores preestabelecidos e as vicissitudes de determinados grupos sociais com aqueles sujeitos que são subalternizados. É necessário perscrutar aquilo que está pronto, que é imposto e, especialmente, que é reproduzido. Esta reprodução de costumes se reflete no fato de que as distâncias entre as pessoas se mantenham inalteradas. Sob este foco, é mister que certas situações causem perplexidade, espanto e indignação, uma vez que, ao se proceder à naturalização de fatos sociais, se estará permanecendo no caminho da passividade, do conformismo, da inação e da renitência. É indispensável, ao revés, a pró-atividade, a mobilidade, a vindicação de direitos e a luta por um ambiente social mais equânime. A partir destes pressupostos, é que se poderá efetivar a plena cidadania em todas as suas dimensões e em níveis menos discriminatórios.

Entretanto, o que se percebe é o robustecimento das disparidades sociais, principalmente em virtude da monetarização, já que há evidente subordinação ao modo econômico e capitalista. Os atores hegemônicos, valendo-se deste sistema de perversidade, utilizam-se de uma ideologia maciça para realizar o etiquetamento dos indivíduos. Ou seja, aqueles que não dispõem de recursos suficientes para se enquadrar nos cânones estabelecidos são alijados. Tudo isto se traduz em uma volatilidade, porquanto tudo se torna valor de troca, sendo que a mais-valia universal de Marx aprofunda os processos de criação das desigualdades. E isto é resultado, sobretudo, da interconexão entre produção, consumo, poder e cultura.

Adentra neste contexto a pretensão do poder e da competitividade, sugerida pela produção e pelo consumo. Defluindo da globalização, constrói-se um discurso da escassez, concomitantemente, com o do consumismo. Em outros termos, para os

subalternizados há carência de bens; para os hegemônicos, há abundância. Assim, a exacerbação do consumo, o narcisismo, o imediatismo, o egoísmo, o abandono da solidariedade e a ética pragmática individualista são, sobremaneira, reforçados através de percepções fragmentadas e do discurso da globalização. Desse modo, configura-se, segundo Giddens (1999, p. 38-39), esta rede global como:

[...] uma complexa variedade de processos, movidos por uma mistura de influências políticas e econômicas. Ela está mudando a vida do dia-a-dia, particularmente nos países desenvolvidos, ao mesmo tempo em que está criando novos sistemas e forças transnacionais. Ela é mais que o mero pano de fundo para políticas contemporâneas: tomada como um todo, a globalização está transformando as instituições das sociedades em que vivemos.

Perfilhando este entendimento, é pungente analisar como a cultura popular foi domesticada, ao se levar em conta que a intenção é a da universalização do consumo, que produz um caminho à uniformização. Se antes a cultura era vista como instrumento de livre expressão, crítica e conhecimento, daí em diante ela passou a ser um produto à venda. O barateamento e a democratização do acesso a certos bens culturais resultou na fabricação de produtos elaborados sob normas estandardizadas, adaptadas ao mercado global. Criam-se, então, bens culturais simplificados, de consumo rápido, para um público que não tem tempo para “pensar” sobre a produção econômica. É urgente, neste ponto, a reemergência crítica da cultura de massas, disposta a questionar o monopólio detido pela alta cultura, mediante o manejo da produção e do consumo distinto e dinâmico.

Daí a relevância de se ponderar a política em termos de uma visão de conjunto para modificar a práxis social. É o discurso contra o poder, o que, em conformidade com Foucault (2000, p. 76), é “forçar a

rede de informação institucional, nomear, dizer quem fez, o que fez, designar o alvo, é uma primeira inversão do poder, primeiro passo para outras lutas contra o poder”. É coerente, então, desvelar estes mitos, para que se possa almejar uma outra globalização, porquanto, como afirma Santos (2001, p. 74), “nada de importante se faz sem discurso”. De igual modo, alerta Foucault (2000, p. 231) que se “vive em uma sociedade que marcha ‘ao compasso da verdade’, ou seja, que produz e faz circular discursos que funcionam como verdade, que passam por tal e que detêm, por este motivo, poderes específicos”. Nessa direção, conforme aduz Santos (2001, p. 148-149):

A nova paisagem social resultaria do abandono e da superação do modelo atual e sua substituição por um outro, capaz de garantir para o maior número a satisfação das necessidades essenciais a uma vida humana digna, relegando a uma posição secundária necessidades fabricadas, impostas por meio da publicidade e do consumo conspícuo.

À medida que se busca articular estratégias e mecanismos de poder no processo democrático contemporâneo, é necessário refletir a influência exercida por este poder nas relações interpessoais, tendo como fio condutor os dispositivos que perpassam a subjetividade do sujeito e a busca pela verdade. Isto porque “o que faz com que o poder se mantenha e seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso”, como esclarece Foucault (1994, p. 148-149).

Nesse viés, é coerente tematizar a interrelação entre verdade, poder e saber, visto que o poder se manifesta quando se instituem tecnologias de normalização, de produção das verdades, de docilidade do corpo e da identidade, estabelecendo o que é normal, o que é patológico, o que deve ser proibido, enfim, o que é falso e o que não é. A relação de poder, então, em

consonância com Eizirik (2002, p. 66), “se estabelece entre as formas discursivas e a força não está nunca no singular, ela está em relação com outras forças. A força tem como objeto outras forças, uma ação sobre a ação dos outros, sobre ações atuais e eventuais, futuras ou não. É um conjunto de ações”.

Infere-se, assim, o quanto, é útil se valer da heterogeneidade que o cotidiano proporciona para que se possa criar um novo discurso embasado na assunção do papel de cidadãos e na desmitificação da competitividade e do consumo. É crucial neste processo de tomada de consciência, uma profunda reflexão acerca das bases sobre as quais se alicerçam a globalização, sendo pertinente revisitar os conceitos de democracia, de liberdade de opinião e de respeito. Verifica-se imprescindível, portanto, o revigoramento das relações interpessoais sustentadas na solidariedade e, conseqüentemente, a solidificação da alteridade para contrapor a ideologia de objetificação dos sujeitos.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se afirmar que o surgimento de novas maneiras de pensar e de mudar o âmbito sociopolítico se dará na interrelação entre dispositivos de poder e participação social. Logo, o futuro da democracia perpassa, sobretudo, pela capacidade de toda pessoa participar e se conectar a uma dinâmica social aberta democraticamente, o que se configura em uma sinergia de estratégias para a igualdade. É inevitável, portanto, uma mutação, tanto na política quanto na subjetividade dos sujeitos, mediante um novo protagonismo social. Embasando-se nestes pressupostos é que se pode (re)pensar os cânones sociopolíticos existentes, bem como a credibilidade dos sistemas vigentes.

Sendo assim, uma democratização radical do poder e da política está conectada às transformações nas Constituições democráticas. É expondo a divergência que

se pode alcançar modos outros de modificar as relações de poder instauradas, refletindo sobre as formas de convivência naturalizadas e organizando novas maneiras de cooperar na resolução das problemáticas ainda arraigadas na conjuntura social. Nessa ótica, a multiplicidade de lutas é indispensável em todas as ambiências para reivindicação e, por conseguinte, salvaguarda dos direitos fundamentais e humanos. Mostra-se indispensável refletir acerca dos sistemas e ideologias produzidos pelo capitalismo que tendem à coisificação das pessoas, os quais pretendem torná-las meras mercadorias.

Sob um enfoque contemporâneo, é coerente uma efetiva política da diferença, da dissidência, das múltiplas dimensões, a qual pode ocorrer a partir de uma transformação emergente. Depreende-se, assim, que é a partir das premissas de igualdade, cooperação, solidariedade, autonomia e participação social que se pode engendrar o movimento de engajamento político dos cidadãos, rompendo a atomização e a impotência social. É imprescindível, portanto, revitalizar os conceitos de democracia, de verdade, de poder e de política, notadamente mediante o processo de politização massiva dos sujeitos, operacionalizado através de uma educação crítica, o que resulta, conseqüentemente, em uma consciência crítica social, traduzindo-se na efetiva e real democratização do poder e da política.

#### REFERÊNCIAS

EIZIRIK, Marisa Faermann. Michel Foucault: um pensador do presente. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2002.

FOUCAULT, Michel. L'éthique du souci de soi comme pratique de la liberté. In: FOUCAULT, Michel. Dits et Écrits - 1954-1988. (Org. Defert, D.; Ewald, F.). Paris: Gallimard, v. IV, 1994.

FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o Poder. In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. 15. ed. Rio de Janeiro: Edição Graal, 2000.

GIDDENS, Anthony. A Terceira Via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. Rio de Janeiro: Record, 1999.

LEÓN, Magdalena. El Empoderamiento de Las Mujeres: encuentro del primer y tercer mundos en los estudios de género. La Ventana. Universidad de Guadalajara, Centro Universitario de Ciencias Sociales y Humanidades, v. 13, 2001. p. 94-116.

SANTOS, Milton. Por Uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.